

Conclusões da Conferência Anual TT 2025

1. Síntese

A conferência consolidou um consenso sobre a importância da prevenção da fraude e da corrupção ser robusta e integrada, apoiada por interoperabilidade de sistemas de informação, transparência ativa e coordenação interinstitucional, por constituírem estas vias as formas mais eficazes para a proteção dos interesses financeiros da UE, bem com por terem um efeito de multiplicação do impacto dos fundos europeus na economia real.

O evento reforçou a necessidade da revisão colaborativa da Estratégia Nacional Antifraude (ENAF) / Estratégia Nacional Anticorrupção (ENAC) e da deteção pró-ativa de comportamentos irregulares, fraudulentos e corruptivos.

A generalidade das conclusões está alinhada com a orientação proposta pelo Senhor Procurador-Geral da República de privilegiar uma cultura de tolerância zero aos fenómenos corruptivos e fraudulentos, bem como optar por uma abordagem baseada no conhecimento, comunicação e cooperação entre os operadores.

2. Mensagens chave

1. Prevenção e cultura de integridade

O Senhor Procurador-Geral da República salientou que a prevenção e a repressão devem operar de forma integrada, constituindo um ecossistema hostil à fraude e à corrupção, chamando a atenção para a transparência, importância da avaliação de riscos, partilha de informação e formação.

O OLAF reforçou que corrupção e fraude são fenómenos interligados e que, entre outras vantagens, as ENAF elevam a prioridade política para o tema. Sustentou que existe benefício na revisão da ENAF e da ENAC por, entre o mais, trazer coerência ao ciclo antifraude, relembrando que não se trata de um mero exercício de *box-ticking*, devendo, antes, orientar-se para uma efetiva implementação com resultados.

Foi referido que no PESSOAS 2030, a estratégia antifraude está operacional, tem instrumentos concretos (modelo de risco, código de ética, canais de denúncia, programa de *compliance*, RGPC/RGPDI) e foi dada ênfase ao envolvimento de todas as pessoas.

2. Integração estratégica ENAF/ENAC e governação colaborativa

Foi referido que o *Think Tank* recomenda a revisão integrada da ENAF/ENAC, com, entre o mais, KPI, monitorização, participação pública, cobertura de todo o ciclo antifraude (prevenção, deteção, investigação penal, recuperação), alinhada com boas práticas internacionais e orientações da Comissão Europeia.

O MENAC sublinhou a natureza proteiforme da fraude e da corrupção e as fragilidades de controlo apontadas pelo Tribunal de Contas Europeu e OCDE (deteção pró-ativa insuficiente; dificuldades na recuperação de verbas; ineficiências), reforçando a necessidade de coordenação e partilha de informação entre órgãos administrativos, policiais e judiciários.

3. Integridade como alavancas económica

A corrupção reduz o PIB no curto e longo prazo, respetivamente, (-10%) e (-17%); os custos estimados para Portugal apresentados são ~7,88% do PIB; foi sustentado que estes efeitos podem ser mitigados por melhor qualidade institucional. Concluiu-se que a Integridade potencia o impacto dos FEEI (cada 1€ gera 2,4€ ao 3.º ano).

Apontou-se a conclusão segundo a qual combater corrupção não constitui apenas uma questão de conformidade, mas trata-se de uma verdadeira política de crescimento e atração de investimento.

4. Execução, controlo e simplificação

Do debate resultou ainda que a ideia de que *mais controlo ≠ mais eficácia*, no sentido de que o excesso de procedimentos pode paralisar a execução e induzir risco, em resultado do que se apontou para a solução da simplificação com *accountability* e interoperabilidade (evitar redundâncias e “quintas” de dados), respeitando o RGPD.

5. Narrativa pública e ética cívica

O momento de humor realçou, com linguagem acessível, percepções sociais (*não fui eu, foi um amigo meu, rouba mas faz*), a importância pedagógica da comunicação e o poder do humor para chamar a atenção para realidades sociais relevantes, como são os comportamentos fraudulentos e corruptivos.

3. O futuro

Foi dada veiculada a informação de que, no atual período de funcionamento, o *Think Tank – Iniciativa antifraude* concentrar-se-á em frentes muito claras:

- o duplo financiamento e os conflitos de interesses;
- manter o escrutínio sistemático do risco de fraude no PRR;
- promover a equidade no acesso aos FE;
- reforçar a comunicação e articulação entre entidades de estrutura de governação dos Fundos Europeus e as autoridades judiciárias;
- identificar e mapear perfis artificiais e elegibilidades de infratores na concessão de Fundos Europeus;
- medir o impacto real das Recomendações já formalizadas;
- mostrando-se, por ora, inviabilizada a reflexão sobre a recuperação das despesas resultantes de irregularidades e de fraudes, a favor do orçamento da UE, por contrapartida do Orçamento do Estado, uma vez que, até ao momento, a IGF não facultou a necessária informação.

Com esta agenda pragmática e orientada para resultados, foi encerrada mais uma conferência anual com o compromisso de continuar o *Think Tank – Iniciativa antifraude* a gerar contributos positivos de mudança.